

# A teoria da escolha racional e o comportamento eleitoral neopentecostal

Isabel Cristina Veloso de Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

As últimas eleições realizadas no Brasil evidenciaram a importância que deve ser concedida a variável religiosa na explicação do voto. Apresentando como principal expoente a Igreja Universal do Reino de Deus, o segmento evangélico neopentecostal tem obtido sucesso nos pleitos através da utilização de estratégias eleitorais características, como o cadastramento de fiéis e a adoção de campanhas oficiais distribuídas por região de acordo com o potencial do eleitorado. Inserido nos estudos de comportamento eleitoral, o presente trabalho fará uma análise sobre os eleitores dos autodenominados "homens de Deus", com a utilização de surveys e dados eleitorais. Através de uma aplicação da Teoria da Escolha Racional, este artigo demonstrará que os eleitores neopentecostais não se distanciam da concepção de *Homo politicus* da teoria downsiana, agindo racionalmente quando atribuem seu voto a um "irmão de fé".

**Palavras-chave:** Teoria da Escolha Racional; Decisão do voto; Neopentecostalismo; Política e religião

## Abstract

The last elections held in Brazil showed the importance that should be accorded to the religious variable to the explanation about the vote. Featuring the Universal Church as the most important one, the neopentecostal gospel segment has been successful in the elections through the use of electoral strategies characteristics, such as the registration of followers and the adoption of official campaigns distributed by region according to the electorate potential. As part of the studies on voting behavior, this paper will analyze the voters of the self-appointed "men of God", also by using surveys and electoral data. Through the application of the Rational Choice Theory, this article will demonstrate that neopentecostal voters did not distance themselves from the conception of *Homo politicus* of the Downs' theory, acting rationally when they give their vote to a "brother in faith".

**Key words:** Rational Choice Theory; Vote decision; Neo-pentecostalism; Politics and religion

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), bolsista do CNPq. Pós-graduada em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do grupo de pesquisa Religião e Política da Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP).

## Introdução

Em um coreto de uma pacata praça da região norte carioca, durante a segunda metade da década de 1970, ouviram-se as primeiras pregações de um homem que se tornaria o principal líder neopentecostal do Brasil, Edir Macedo. Inicialmente, o solitário fervor de suas palavras atraía poucos transeuntes que, pouco a pouco, se encantaram com as promessas que extrapolavam os limites da “vida plena e eterna nos braços do Senhor”, tradicionalmente pregada pela Igreja Católica e por igrejas protestantes tradicionais e pentecostais clássicas. A voz que pairava sobre o bairro Méier falava sobre uma vida próspera, onde todos os homens de fé não precisariam mais esperar a morte para desfrutar das chamadas “grandezas de Deus”, que incluem uma vida financeiramente e materialmente bem sucedida<sup>2</sup>.

Com origem nos Estados Unidos, o neopentecostalismo<sup>3</sup> surgiu na segunda metade da década de 1970, tendo como base doutrinária a Teologia da Prosperidade. Entre suas inovações, promoveu a liberalização dos usos e costumes, distinguindo-se dos primeiros movimentos pentecostais: pentecostalismo clássico e deuteropentecostalismo<sup>4</sup>. Empregou em seus templos uma estrutura empresarial e implementou a chamada “guerra contra o diabo”, uma forma mais incisiva de maniqueísmo, que faz frente a elementos subjetivos e objetivos, como, por exemplo, emissoras de televisão, religiões de matriz africana<sup>5</sup> e a corrupção na política.

---

<sup>2</sup> Para alcançar uma vida próspera e outras “bênçãos”, as ofertas em dinheiro apresentam um papel fundamental. Como destaca Paula Monteiro (2006), na doutrina neopentecostal, fazer uma “doação”, trata-se de “[...] uma demonstração de fé endereçada diretamente a Deus para desafiá-lo. A oferta instaura uma aliança entre Deus e o homem, pela qual aquele fica obrigado a uma imediata restituição, [...] sacrificar dinheiro e bens significa na verdade colocá-los em risco, ou aceitar o risco de privação apostando na restituição divina: quanto maior o risco, maior a fé e conseqüentemente maior a recompensa” (MONTEIRO, 2006, p.60).

<sup>3</sup> Dentre as igrejas neopentecostais, as principais são: Igreja Universal do Reino de Deus, criada em 1977; Igreja Internacional da Graça de Deus, 1980; Comunidade Cristo Vive, 1986; Comunidade Sara Nossa Terra, 1976; Comunidade da Graça, 1979; Comunidade Renascer em Cristo, 1986; e a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, 1994.

<sup>4</sup> Este artigo adotará a classificação de Ricardo Mariano (2005) que divide o movimento pentecostal em: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo.

<sup>5</sup> “A IURD é, sem sombra de dúvida, como muitos já destacaram, a igreja que realizou um combate de uma natureza e de uma extensão sem precedentes contra a *magia* afro-brasileira, acusada de ser diabólica. A IURD conclamou, como sabemos, as pessoas a abandonarem uma magia subordinada e periférica, cujos poderes seriam pequenos, malignos e, em grande medi-

O neopentecostalismo atribui os males da sociedade à ação de demônios, “[...] entidades espirituais que atuam organizadamente, agindo e destruindo constantemente a humanidade, tendo satanás por chefe” (MACEDO, 1997, p.13). A partir da utilização de passagens bíblicas, as igrejas neopentecostais afirmam-se detentoras do poder de expulsar demônios, realizando cultos de exorcismo e pregações que teriam a função de libertar os indivíduos dos “encostos” que impedem seu crescimento material e espiritual. Para tal, utilizam objetos mágicos, que afirmam serem depositários de poderes sobrenaturais.

Tendo como uma de suas principais justificativas o combate aos “demônios que atuam na política” e a preservação da moral religiosa, estas igrejas tem se lançado na disputa eleitoral, oferecendo a seus eleitores a opção de votarem em “homens de Deus”, em sua maioria, bispos e pastores, com a missão de purificar a política do mal e atuar com competência e dedicação a exemplo, como dizem, dos trabalhos desempenhados por esses líderes religiosos nas obras sociais das igrejas. A opção de votar em um político “temente a Deus” tem convencido diversos eleitores, principalmente nas eleições para o poder legislativo<sup>6</sup>. Este artigo fará uma análise do voto neopentecostal procurando verificar a possibilidade de aplicação da Teoria da Escolha Racional para a explicação deste voto religioso.

### Os “Irmãos de fé”

“Pode confiar, ele é crente!”. A origem de tal expressão, tão presente na cultura popular brasileira, pode estar associada ao rigor na seleção dos fiéis que desejavam receber o batismo nas primeiras igrejas de missão instaladas no Brasil. Para tal, o candidato deveria ser portador de uma forma particular de *ethos* religioso, como aquele identificado por Max Weber (2004), seguindo um ideal ascético puritano que concede ênfase à simplicidade de costumes, evitando gastos com divertimentos ou conforto e concedendo ao labor um caráter religioso, uma

---

da, concebidos como ocultos, por novas formas de intervenção vistas como superiores, aquelas do *milagre divino*” (BIRMAN, 2012, p.147).

<sup>6</sup> “[...] a participação dos evangélicos na política institucional brasileira ocorre basicamente no Poder Legislativo e poucos foram os atores desse grupo religioso que se dispuseram até hoje a disputar um cargo no Executivo, seja no plano municipal, seja no estadual ou nacional. O Rio de Janeiro segue como um caso especial, uma vez que, em 1998, dois evangélicos integraram a chapa vencedora para o Executivo estadual e que, em 2002, além da participação de Anthony Garolinho na disputa pela presidência da República, duas mulheres dessa tradição religiosa polarizaram a competição pelo governo do estado: Rosângela Matheus e a ex-governadora Benedita da Silva (MACHADO, 2006, p.69).

vocação orientada por ordem divina. Contudo, desde a chegada das igrejas evangélicas no Brasil, ocorreram diversas transformações no padrão de comportamento dos fiéis. Com a liberalização dos usos e costumes, promovida pela doutrina neopentecostal, os membros desta designação passaram a se apresentar de forma mais comum aos padrões da sociedade de consumo.

No início do século XXI houve um avanço na participação de atores evangélicos no cenário político brasileiro, o que acirrou a disputa entre diferentes segmentos desta denominação<sup>7</sup>. “Segmento com discreta atuação no cenário político até os anos 1970, os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Constituinte de 1988” (MACHADO, 2006, p.17). Na ocasião, pela primeira vez, os parlamentares evangélicos se posicionaram de forma alinhada, compondo a chamada bancada evangélica. A bancada evangélica é uma das bancadas suprapartidárias consideradas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Embora hajam estudos que demonstrem a inexistência efetiva desta bancada, visto que os parlamentares evangélicos não constituem um grupo político coeso por não votarem em bloco e não apresentarem um discurso homogêneo – conforme apontam Fonseca (1998), Oro (2003), Burity (2006) e Baptista (2009) –, este artigo tratará o pertencimento religioso como um elemento favorável aos candidatos evangélicos durante a disputa eleitoral. Trata-se de uma adesão confessional que serve como elemento de credibilidade perante o eleitor.

O povo de Deus tem que ficar atento nas próximas eleições, escolhendo os melhores candidatos. Se ficarmos indiferentes à política e não lutarmos pelos nossos direitos, os corruptos entrarão novamente. Sabemos das perseguições que a Igreja do Senhor Jesus enfrenta, por isso, temos que votar em homens e mulheres de Deus para senador, deputado federal, estadual e governador. Quando tomamos atitudes com sabedoria e votamos em candidatos ungidos com o Espírito Santo, com certeza,

---

<sup>7</sup> “Sempre foi pregado nas igrejas que a política era do diabo. Hoje em dia, os evangélicos estão começando a perceber a força que têm. Estão vendo que a organização política também pode ser usada em seu benefício e, por conta disso, estão elegendo seus representantes. [...] Hoje, o evangelho se expandiu para muitos meios e, não só na política, existem pessoas desonestas. Não podemos generalizar e rotular uma classe inteira por conta de alguns que não têm caráter. Na época de Jesus, um de seus apóstolos foi desonesto e o traiu, mas nem por isso podemos dizer que os todos os apóstolos de Jesus eram corruptos. Há uma grande diferença que precisa ser respeitada e entendida” (Entrevista com o ex-deputado estadual Carlos Apolinário, do PDT-SP. Disponível em: <http://www.icp.com.br/77entrevista.asp>. Acesso em 03/06/2012).

a história da política brasileira será outra (FOLHA UNIVERSAL, 23-29 jul. 2006).

Como destaca Pierucci (2011), desde as eleições de 1986 para o Congresso Constituinte a religião ganhou força nas disputas eleitorais do país. A partir de então, a eficácia da investida religiosa para produzir votos em processos eleitorais ficou comprovada. Neste cenário, as lideranças evangélicas contam com o apoio do “eleitor religioso socialmente conservador”, obtendo sucesso, sobretudo, em disputas para o Poder Legislativo. No momento de decisão do voto, o eleitor religioso recebe maior ou menor influência das instituições eclesíásticas a que frequenta. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasmarket apresentou os seguintes dados:

Gráfico 1



Fonte: Instituto Brasmarket (2002)

Em tal pesquisa, realizada em 2002, com 200 mil eleitores em 449 cidades, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) aparece como a que detêm maior influência na escolha do voto de seus fiéis, 47% seguem as orientações da igreja. Trata-se de um indicativo da forte disciplina denominacional dos membros, e do poder carismático exercido por essas instituições, evidenciando a relevância da variável religiosa na decisão do voto.

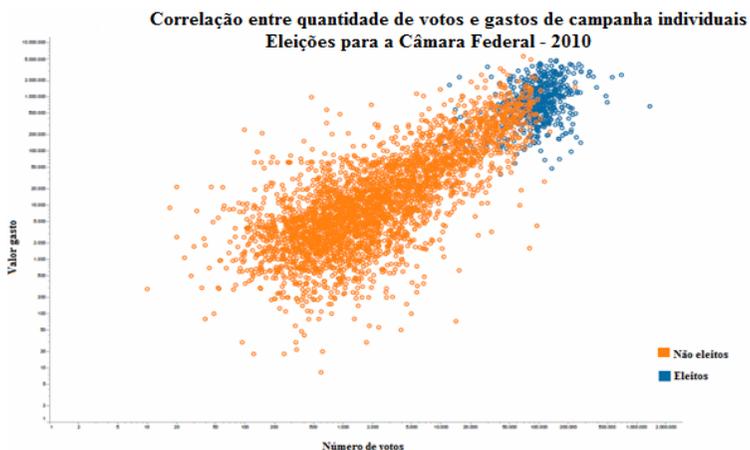
Além do discurso de purificação da política por meio da atuação de “homens de Deus” em uma suposta batalha espiritual presente no âmbito político, de acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2006), a inserção política dos pentecostais vem sendo avaliada como uma tentativa de fortalecimento das posições conservadoras na política, principalmente em virtude da oposição a certos modernismos “[...] na área das questões dos costumes e valores, como o direito ao aborto, liberdade sexual, casamento entre pessoas do mesmo sexo, uso de células tronco, clonagem e outros experimentos genéticos” (RODRIGUES, 2006, p.84).

### **Sistema eleitoral e gastos de campanha no Brasil: a vantagem de ser um candidato evangélico**

Nas eleições para o Legislativo, com exceção do Senado, é utilizado o sistema proporcional de lista aberta. Os partidos apresentam listas não ordenadas e o eleitor pode optar por votar em uma legenda ou nominalmente. Para a distribuição das cadeiras são somados os votos concedidos à legenda com os votos nominais. A partir disso, são aplicados critérios para a alocação de cadeiras, sendo no Brasil: coeficiente eleitoral, coeficiente partidário e a fórmula D’Hondt de maiores médias. Devido à possibilidade de voto nominal, cabe ao eleitor decidir quais candidatos ocuparão as cadeiras conquistadas por cada partido, ou seja, aqueles candidatos que alcançarem as maiores votações nominais.

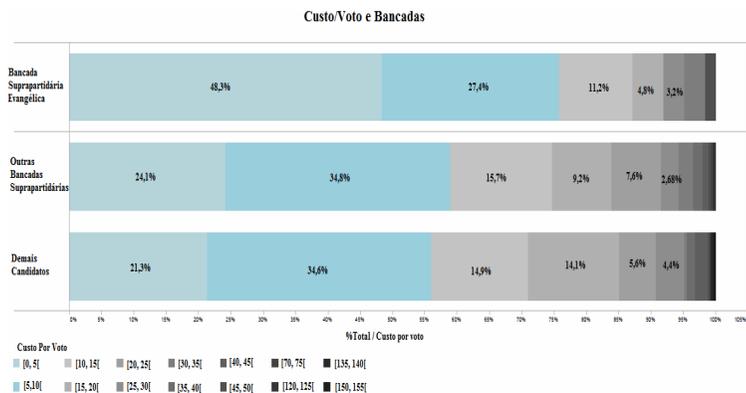
A este sistema são atribuídas diversas críticas que, no Brasil, motivam um forte movimento em prol da Reforma Eleitoral. Dentre essas críticas, são as mais recorrentes: o favorecimento de pleitos clientelistas, a personalização do voto, a fragmentação partidária, a competição entre candidatos de mesma legenda, a infidelidade partidária, o menor controle do partido sobre o político eleito e os elevados gastos com campanhas eleitorais individuais, conforme aponta o gráfico 2:

## Gráfico 2



O gráfico demonstra uma forte correlação entre o volume de investimentos monetários e o número de votos obtidos. Ou seja, o valor investido na campanha é decisivo para a obtenção de uma vaga na Câmara. Porém, os dados apresentados no gráfico 3 demonstram que os evangélicos representam um contraponto a esta realidade:

## Gráfico 3



Fonte: TSE (2010)

Através de uma comparação entre os gastos dos membros da bancada suprapartidária evangélica, os gastos eleitorais de políticos pertencentes a outras bancadas agrupadas (como ruralista, feminina e sindical) e aos gastos dos deputados sem bancada, é possível verificar que, dentre todos os deputados eleitos, os evangélicos foram os que gastaram menos por voto no pleito de 2010, e alcançam uma diferença significativa em relação aos demais. Dentre os evangélicos, a denominação neopentecostal obteve a melhor relação custo/benefício. A partir desta constatação, é possível supor que os candidatos desta denominação possuem maior eficiência na apresentação de seus candidatos, reduzindo o custo da campanha em função da vinculação de uma identidade religiosa.

### **A Teoria da escolha racional**

Através da obra *An Economic Theory of Democracy*, Anthony Downs (1957) foi pioneiro na exploração de aplicações da teoria da escolha racional na Ciência Política. Tal teoria propõe a explicação do comportamento social e político partindo do pressuposto de que as pessoas são racionais e agem intencionalmente, calculando os custos e os benefícios de cada ação antes de decidirem, maximizando seus ganhos. Trata-se de uma teoria que enfatiza fatores micro, em contraponto à teoria sociológica, e que concede pouco crédito à possibilidade de ação coletiva.

A teoria da escolha racional foi desenvolvida com base nos estudos de economia política de Kenneth Arrow (1963), na qual parâmetros econômicos são relacionados com uma escolha ou resultado. Presumiu-se que: se as hipóteses da escolha racional são capazes de explicar o funcionamento do mercado, podem igualmente explicar o funcionamento político. Logo, os consumidores estão para as empresas assim como os votantes estão para os partidos políticos. Enquanto os consumidores procuram maximizar a utilidade e as empresas o lucro, os eleitores estão em busca da maximização da utilidade de seu voto e os partidos buscam alavancar os ganhos eleitorais. Nesta premissa, os políticos agem motivados pela busca de prestígio, poder e renda, desenvolvendo, para este fim, ações que visam à maximização de seu apoio, promovendo políticas orientadas para esta finalidade. Downs (1957) argumenta que os governos conquistam votos ao aumentar os gastos públicos, porém, perdem quando elevam os impostos. Sendo assim, aumentarão os gastos públicos até que o ganho marginal de votos, obtidos em função destes custos, iguale-se à perda marginal de

votos que ocorre devido ao aumento de impostos necessário para financiar os gastos.

Como destaca Marcus Figueiredo (2008), o *Homus politicus* da teoria downsiana é racional, procura minimizar os efeitos da condição de incerteza da vida política movido por razões egoístas. A maior parte dos eleitores é composta por esta concepção do *Homus politicus*, sendo irrelevante, para Downs, as características psicológicas que possuem, embora o autor não o considere uma “máquina calculista”, como na concepção do *Homus economicus* presente nas teorias utilitaristas.

Um indivíduo racional para Downs se comporta da seguinte forma:

- 1- Ele sempre pode tomar uma decisão quando confrontado com uma série de alternativas;
- 2- Ele classifica todas as alternativas na ordem de sua preferência, de maneira que cada uma é preferida, indiferente ou inferior a cada uma das outras;
- 3- Seu ranking de preferência é transitivo;
- 4- Ele sempre escolhe entre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no ranking ordenado de preferência; e
- 5- Ele sempre toma a mesma decisão quando é confrontado com as mesmas alternativas<sup>[8]</sup> (DOWNS, 1957, p.6).

Para Downs (1957, p.6), todos os que tomam decisões racionalmente no modelo proposto – incluindo partidos políticos, grupos de interesse e governos – possuem as mesmas qualidades. Um homem racional, portanto, sempre opta pela alternativa que lhe proporciona maior utilidade. Um eleitor, ao agir racionalmente, considerará os benefícios esperados, resultantes da atividade governamental, para escolher o candidato ou partido que lhe trará a maior utilidade ou opta por abster-se de votar. Para decidir se participará ou não da eleição, o eleitor realiza um cálculo que inclui a tarefa de escolher um candidato, os custos referentes ao deslocamento e as possíveis vantagens que podem ser obtidas caso decida votar. Se tais benefícios esperados superarem os custos, o eleitor participa da eleição.

Neste contexto, segundo Downs, os partidos se posicionam ideologicamente de modo a contemplar a maior quantidade possível de grupos sociais, o que, para Figueiredo (2008), trata-se de um pré-requisito para o sucesso eleitoral. O eleitor, por sua vez, acredita que

---

<sup>8</sup> Tradução própria.

maximizará seus benefícios se o partido ao qual mais se aproxima ideologicamente vencer a disputa. Além disso, os partidos representam uma forma de reduzir os custos de aquisição de informações do eleitor, visto que, se o eleitor souber diferenciar os partidos por suas ideologias, não precisará se preocupar em obter informações sobre propostas e atuações específicas de cada candidato. Para conquistar a fidelidade do eleitor, os partidos devem manter suas ideologias coerentes e procurar cumprir as promessas feitas na ocasião da campanha eleitoral, pois, as ações concretas desempenhadas pelo governo oferecem uma previsão melhor sobre o que o partido fará do que as declarações presentes (DOWNS, 1957).

O princípio da racionalidade do comportamento político, presente na teoria da escolha racional, faz com que eleitores, candidatos e partidos ajam em benefício próprio. Para Downs (1957), o que interessa a esses atores sociais é a maximização dos ganhos, sejam em votos ou outros benefícios. Porém, ao fazer um cálculo racional, o eleitor descobrirá que, independentemente dos custos e dos benefícios, o valor do seu voto é ínfimo, no que se refere ao resultado da eleição, possuindo um efeito virtualmente nulo, devido a isso: a teoria da probabilidade e a teoria da escolha do voto individual sugerem que participar não produz efeitos satisfatórios. Trata-se do paradoxo da participação, sobre o qual Figueiredo (2008) oferece a seguinte definição:

[...] com base em uma só premissa a teoria da eficiência do voto oferece dois conselhos contraditórios. O primeiro conselho diz: não participe, porque seu ato individual é irrelevante e, como cidadão, você não estará excluído dos benefícios deriváveis da ação governamental, seja qual for o “time” eleito. O segundo conselho diz: [...] mas se todos, menos eu, adotarem o primeiro conselho e não participarem, então eu participo e defino o resultado da eleição na direção que eu quiser; mas outros certamente pensarão o mesmo e assim logo seremos muitos, o que se torna um incentivo para que se pegue carona em vez de participar, voltando para o primeiro caso (FIGUEIREDO, 2008, p.123).

Como define Figueiredo (2008, p.123): “os dois conselhos levam os indivíduos à indeterminação, pois seu ato é simultaneamente inútil e decisivo”. Por estarem incertos em relação à atitude dos outros eleitores, cada eleitor avalia a eficiência de seu voto com base no que prevê em relação ao comportamento dos outros. Figueiredo defende que a incerteza é uma condição necessária para a participação, e desta

forma, a participação é maior quando o grau de incerteza do eleitor em relação às eleições é elevado. E, caso decida participar, portanto, realiza seus cálculos racionais em busca de fazer a melhor escolha através do menor custo possível.

### **A Racionalidade do voto neopentecostal**

A argumentação que segue trata-se de uma tentativa de aplicação da Teoria da Escolha Racional para a explicação dos padrões de voto dos fiéis das igrejas neopentecostais. Partindo da hipótese de que os neopentecostais se enquadram em alguns critérios do eleitor *downsiano*, será feita uma tentativa de compreender a racionalidade implícita nessas escolhas eleitorais.

Como destacam Ratton Junior e Moraes (2003, p.387): “uma das maneiras de ler o mapa das motivações humanas seria classificando-as da seguinte forma: às vezes as pessoas perseguem seus objetivos agindo racionalmente; outras, impulsionadas por suas emoções; outras tantas, seguindo normas sociais”. Para os autores, a ação racional tem prioridade sobre as demais.

Dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, 2010) apontam que os neopentecostais possuem a menor renda média individual do Brasil, quando comparado aos seguidores de outros movimentos religiosos e aos sem religião<sup>9</sup>. Além disso, entre os fiéis, 57% possuem apenas o ensino fundamental completo ou incompleto e 7% chegaram ao ensino superior. Tal realidade não se difere significativamente de outros segmentos da população brasileira, como os católicos e os membros de outras denominações evangélicas, porém, a faixa de renda e a escolaridade dos neopentecostais têm sido utilizadas por alguns pesquisadores para justificar o fato de esses religiosos seguirem orientações da igreja no momento da escolha do voto. Tachados pela opinião pública como “curral eleitoral”, não se considera a possibilidade desses eleitores estarem agindo racionalmente ao optarem por um candidato de seu segmento religioso.

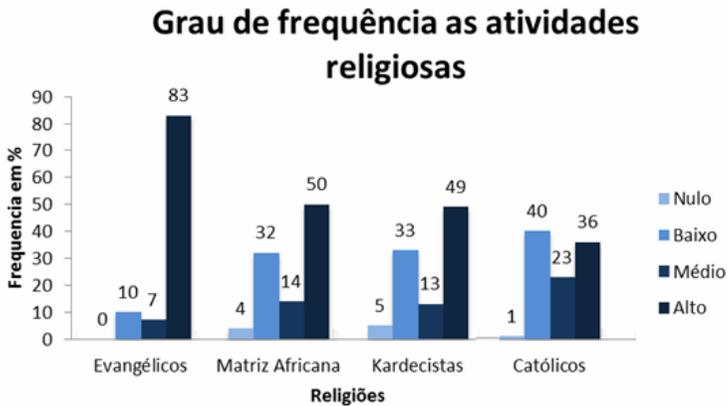
Existe uma variável em que os evangélicos distinguem-se significativamente dos membros de outros segmentos religiosos: trata-se do

---

<sup>9</sup> Para esta análise foi criada a variável neopentecostal, agrupando todas as igrejas deste segmento presentes no banco de dados.

grau de frequência às atividades religiosas<sup>10</sup>. Dentre os evangélicos, 83% frequentam a igreja uma ou mais vezes por semana, enquanto entre os católicos, religião com o maior número de adeptos do país<sup>11</sup>, 36% possuem alta frequência e 41% possuem um grau baixo ou nulo de participação.

Gráfico 4



Fonte: ESEB (2002)

Uma das premissas da Teoria da Escolha Racional afirma que o eleitor busca fazer a melhor escolha através do menor custo possível. Tal escolha é feita com base nas informações que o eleitor procura ou tem acesso. Para que essas informações cheguem ao eleitor, uma das principais ferramentas utilizadas pelos candidatos é a propaganda política. Este tipo de *marketing* também está presente no púlpito das igrejas evangélicas, em especial nas neopentecostais. Os pastores e os bispos utilizam os cultos para apresentar os “homens de Deus”, que representarão diretamente a igreja, além de concederem apoio a candidatos de cargos executivos que, segundo eles, atenderão melhor aos

<sup>10</sup> Nulo: nunca vai a missas ou cultos; Baixo: raramente vai ou participa algumas vezes por ano; Médio: vai a igreja uma ou duas vezes por mês e; Alto: frequenta uma ou mais vezes por semana.

<sup>11</sup> Segundo o Censo de 2010, 64,6% da população brasileira é católica e 22,2% evangélica (IBGE, 2010).

valores e aos interesses da igreja. Neste sentido, a alta frequência aos cultos, somada ao fato de que os fiéis estão em um momento voluntário de participação religiosa, faz com que o custo para a obtenção das informações seja muito baixo.

Os neopentecostais acreditam que o âmbito político está permeado pela atuação de “demônios” que, segundo eles, fazem com que a política brasileira apresente inúmeros escândalos de corrupção. Como destaca Oro (2003, p.57), a corrupção é vista como “[...] a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de ‘reserva moral’ da sociedade”. De acordo com o que é defendido e reproduzido nas igrejas, os “homens de Deus” possuem a missão de exercer um mandato comprometido com os valores bíblicos e purificar a política do mal, o que inclui a diminuição da malversação de dinheiro público que resultaria em maiores investimentos benéficos para a população.

Como destaca Yan Carreirão (2002), o modelo de decisão eleitoral de Downs estabelece muitas exigências iniciais aos eleitores: realizar todo o processo de decisão representa um alto custo à quase totalidade dos eleitores, em relação aos benefícios que esperam alcançar, somando-se a isso o fato de o voto de cada eleitor possuir um peso ínfimo. Devido a isso, Downs afirma que o eleitor utilizará diversas maneiras de reduzir os custos de aquisição e de processamento das informações para a tomada de decisão. Os elementos simbólicos do campo religioso inseridos no discurso político, utilizado nos púlpitos das igrejas neopentecostais e em seus veículos de mídia, oferecem a imagem de um candidato ideal: “honesto, competente e comprometido com os valores cristãos”, que merece o apoio de pastores, bispos e missionários que, obviamente, possuem grande credibilidade entre os seguidores deste movimento religioso. Ao fazer um cálculo, utilizando as informações a que teve acesso, parece racional que eleitores neopentecostais concluam que votar em um “irmão de fé” seja uma opção mais benéfica em relação às demais.

No Brasil, as igrejas evangélicas estão inseridas em espaços onde as políticas públicas são escassas. Tais igrejas, a exemplo das neopentecostais, instalam seus templos nas mais diversas localidades: das favelas cariocas ao sertão pernambucano. De forma que, para muitos, os trabalhos comunitários dessas igrejas são as únicas atividades assistenciais a que têm acesso. São oferecidos serviços gratuitos como creches, alfabetização de jovens e adultos, distribuição de alimentos, acompanha-

mento e recuperação de usuários de entorpecentes, entre outros. Grande parte dos fiéis das igrejas neopentecostais estão entre os que possuem as menores rendas do país, habitando, muitas vezes, locais mais pobres que recebem poucos investimentos em políticas públicas. Ao fazer uma avaliação da atuação dos políticos ou dos partidos que estão no poder, é possível que o eleitor neopentecostal faça comparações entre as promessas dos políticos, de modo geral, e a atuação concreta dos trabalhos assistenciais desenvolvidos pelas igrejas, associados aos candidatos apoiados por elas. Optar por votar em políticos ligados a melhorias reais na comunidade, embora sejam limitadas e não substituam a atuação do governo, adequa-se ao que se espera da ação racional de optar pela alternativa que, de acordo com a previsão do eleitor, trará a maior utilidade.

Por fim, é válido ressaltar uma nova estratégia de atuação da Igreja Universal do Reino de Deus, que reuniu todos os seus candidatos na mesma legenda, o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Antes espalhados por partidos de diversas orientações ideológicas, no último pleito, todos os nove parlamentares neopentecostais eleitos pertencem ao PRB. Tal partido foi criado em 2005 por políticos da Universal e por José Alencar, então vice-presidente da República, com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR). Atualmente é presidido pelo bispo iurdiano Marcus Pereira e 80% de seus membros pertencem a IURD<sup>12</sup>. Reunir seus candidatos no mesmo partido fará com que os eleitores tenham maior facilidade em distinguir ideologicamente os candidatos neopentecostais dos demais, diminuindo, ainda mais, o custo para aquisição de informações.

## Conclusão

Neste artigo foi verificado que os eleitores neopentecostais concedem grande credibilidade às orientações dos líderes religiosos no momento da decisão do voto. Demonstrou-se também que os políticos evangélicos representam um contraponto à correlação existente no Brasil entre gastos de campanha e número de votos obtidos. Dentre os evangélicos, os neopentecostais alcançaram a melhor relação custo/benefício. A vantagem dos candidatos evangélicos em relação àqueles que não veiculam uma identidade religiosa na atuação política

---

<sup>12</sup> Como nova estratégia, o PRB vem se lançando em disputas por cargos executivos. Em São Paulo, o PRB lançou a candidatura de Celso Russomano, veiculando um grande número de reportagens a seu respeito na TV Record.

demonstra a aceitação desses candidatos perante os eleitores e a eficiência das estratégias de captação de votos adotadas pelas igrejas.

O artigo procurou analisar alguns aspectos do voto neopentecostal através da Teoria da Racionalidade, buscando compreender a racionalidade implícita no comportamento eleitoral dos neopentecostais, procurando refutar a ideia de que tais eleitores constituem um “curral eleitoral”, composto por pessoas com baixos índices de escolaridade e renda, que agem, exclusivamente, em função de uma manipulação exercida pelas lideranças religiosas.

Os aspectos explorados, embora não esgotem a temática, permitem reforçar a hipótese de que os eleitores neopentecostais agem racionalmente, antecipando o resultado das ações e calculando qual, dentre as alternativas, lhe trará o maior benefício. O alto grau de frequência aos cultos, onde são implementadas estratégias de *marketing* político, associado a utilização da mídia dessas igrejas como veículo de persuasão eleitoral reduz significativamente os custos para a obtenção de informações por parte dos fiéis, além disso, para muitos desses eleitores, a figura de pastores e bispos possui grande credibilidade. Ao optarem por políticos ligados a melhorias concretas em suas comunidades, munidos da missão de purificar a política e da função de garantir o *lobby* em prol de valores da moral religiosa, os eleitores neopentecostais não se distanciam do que pode ser considerada uma escolha racional. As novas estratégias adotadas por esse segmento, o apoio de um número cada vez maior de eleitores, estão provocando um redimensionamento das fronteiras entre religião e política no Brasil.

## Referências

ARROWS, Kenneth. **Social choice and individual values**. New Haven: Yale University Press, 1963.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

BIRMAN, Patricia. O Poder da fé, o milagre do poder: mediadores evangélicos e deslocamento de fronteiras sociais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, jan.-jun. 2012.

BURITY, Joanildo A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A.; MACHADO,

M. D. C. **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras.** Florianópolis: UFSC; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DOWNS, Anthony. **An Economic theory of democracy.** New York: Harper Collins, 1957.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO (ESEB). **Estudo eleitoral brasileiro 2002.** Disponível em: <[http://nupps.usp.br/index.php?option=com\\_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=en](http://nupps.usp.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=en)>. Acesso em: 07 dez. 2011.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO (ESEB). **Estudo eleitoral brasileiro 2010.** Disponível em: <[http://nupps.usp.br/index.php?option=com\\_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=en](http://nupps.usp.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=en)>. Acesso em: 13 abr. 2012.

FIGUEIREDO, Marcus. **A Decisão do voto: democracia e racionalidade.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FOLHA UNIVERSAL. **Política e fé,** São Paulo, n.746, 23-29 jul. 2006.

FONSECA, Alexandre Brasil. A Maior bancada evangélica. **Tempo e Presença,** n.302, nov.-dez. 1998.

INSTITUTO BRASMARKET. **Decisão do voto.** Disponível em: <<http://www.institutobrasmarket.com.br/pesquisassociais>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

MACEDO, Edir Bezerra. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?** Rio de Janeiro: Universal Produções, 1997.

MACHADO, Maria das Dores. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2005.

MONTEIRO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos,** São Paulo, n.74, mar. 2006.

ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e políticos brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.18, n.53, out. 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos**, São Paulo, n.89, mar. 2011.

RATTON JUNIOR, José Luiz de Amorim; MORAIS, Jorge Ventura de. Para Ler Jon Elster: Limites e possibilidades da explicação por mecanismos nas Ciências Sociais. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.2, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: PubliFolha, 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas de Candidaturas 2010**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010/estatisticas-de-candidaturas>>. Acesso em: 04 maio 2012.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Isabel Cristina Veloso de Oliveira  
isabelveloso.pol@gmail.com

Recebido em 28 set. 2012  
Aprovado em 25 out. 2012